



GT 01. A presença indígena na educação superior no contexto das universidades brasileiras: desafios na assistência estudantil e diálogos interculturais na formação profissional

Coordenador(es):

Marcos Antonio Braga de Freitas (UFRR - Universidade Federal de Roraima)

Carlos Kleber Saraiva de Sousa (UFC - Universidade Federal do Ceará)

Os povos indígenas têm ao longo da história de contato resistido aos diversos processos colonizatórios e dominação cultural. No contexto dessa resistência vem a luta pela garantia dos direitos sociais e culturais, destacando-se a questão do território, saúde, educação, entre outros. Entretanto, o recorte da proposta do GT é no campo das políticas públicas educacionais, com destaque para a educação superior como uma das formas de sua autonomia e resistência e fortalecimento identitário, sejam no âmbito das terras indígenas e/ou vivem e moram nas cidades. Destaca-se que a formação superior indígena no Brasil e na América Latina, a exemplo do México, Venezuela, Equador, Brasil, entre outras é uma realidade; tendo experiências exitosas no contexto da educação intercultural a partir dessa história de luta, resistência e os marcos legais. A formação intercultural indígena e as experiências em curso nas universidades brasileiras, a exemplo dos cursos de Licenciaturas Interculturais Indígenas e políticas de ações afirmativas com a presença indígena é uma realidade no contexto das políticas públicas das Instituições de Ensino Superior (IESs). A produção da literatura indígena e seus reflexos nos movimentos indígenas, nas escolas e comunidades indígenas são temas de discussões no GT a partir dos trabalhos de conclusão de curso e da própria formação profissional no âmbito das IESs.

MULHERES INDÍGENAS ACADÊMICAS: Corpos resistentes e vozes insurgentes nas Universidades brasileiras

Autoria: Nanah Sanches Vieira (UNB - Universidade de Brasília)

Levando em conta o momento histórico em que a existência de movimentos feministas, anti-racistas e indígenas pressionam as sociedades ao mesmo tempo em que cresce uma onda conservadora na América Latina, este estudo busca direcionar o olhar para as trajetórias das acadêmicas indígenas - doutorandas, doutoras e docentes - ao considerar o impacto do sexismo, colonialismo e do racismo na trajetória delas enquanto pesquisadoras e o status das mulheres indígenas ? em suas especificidades geracionais, de classe, etnia, sexualidade, lugar - nas universidades brasileiras. As mulheres indígenas estão cada vez mais presentes e ativas como estudantes e pesquisadoras nos espaços acadêmicos, consolidando a Universidade em um território de disputa epistemológica e o diploma uma ferramenta de luta para os povos originários. Com base nos dados do Censo da Educação Superior, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2009, o número de mulheres indígenas nas universidades cresceu 620% desde 2009, quando o estudo passou a considerar a variável raça/cor, dando um salto considerável após a promulgação da Lei de Cotas, em 2012. No entanto, desde 2016, quando foram registrados 26.062 estudantes indígenas, observa-se queda no número de universitários indígenas, chegando a 17.269 em 2018. Se a Lei de Cotas, de 2012, é considerada responsável pelo salto, ainda é necessário investigar por que houve tal queda desde 2018, além de compreender em quais condições de permanência esses/as estudantes se encontram na universidade, em especial nos programas de pós-graduação e, quais os desafios enfrentados para a conclusão de seus cursos, a continuidade de suas pesquisas e a consolidação de uma carreira acadêmica. Nesta apresentação serão discutidos os primeiros resultados e reflexões centrais da



pesquisa de doutorado desenvolvida no PPG em Sociologia da Universidade de Brasília-UnB, que destina-se a investigar trajetórias de mulheres indígenas nas Universidades brasileiras a partir de suas próprias narrativas sobre a entrada nos programas de pós-graduação, possuindo uma voz insurgente e uma corporalidade resistente diante da consciência eurocentrada reproduzida nas Universidades brasileiras. Ademais, entendo que as trajetórias das mulheres indígenas acadêmicas iluminam o entendimento de como se configuram as possíveis relações sociais interseccionadas por gênero e etnia/raça no contexto acadêmico desde uma perspectiva feminista e decolonial. A potência deste work está em construir mais um espaço para as mulheres indígenas falarem, como um alto-falante que reverbera a luta dessas mulheres, e não para dar voz a essas mulheres que falam por si, mas incluir demandas concretas das indígenas que estão na academia.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: